

1 **ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS**
2 **DO BAIXO PARANAÍBA – CBH PN3**

3 Ata da 8ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba
4 – CBHPN3, realizada a 1 dia do mês de dezembro do ano de 2020, terça-feira, às 08h30min, por vídeo
5 conferência via plataforma Jitsi Meet, acesso no link: <https://meet.jit.si/CBHPN3>, com a instalação do quórum
6 exigido no Regimento Interno do CBH PN3. **Estiveram presentes os seguintes conselheiros:** Cristiano Corrêa
7 Lemos - PMMG; Robson Rodrigues dos Santos-IGAM; Wanessa Rangel Alves - SEMAD; Eduardo Borgato
8 Barbedi - PCMG; Ademar Franco Guimarães-EMATER; Rodrigo Esteves de Melo-SEAPA; Elaine Aparecida
9 Santos Oliveira-Prefeitura Municipal de Araporã; Maria Clara Machado Alessi Ferreira - Prefeitura Municipal
10 de Uberlândia; Aristocledes Cançado Costa-S.A. Usina Coruripe; Maurício Garvil – ACII; Maria Eduarda
11 Rodrigues da C. Gonçalves-FIEMG; Dênio Drummond Procópio-CEMIG, Carlos Humberto Franco Machado-
12 SAE/Ituiutaba; Anamaria Moya Rodrigues-Hidrosal; Sergio Gustavo Resende Leal - FONASC; Polyanna Custódio
13 Duarte-ANGÁ; Eurípedes Luciano da Silva Júnior – ANGÁ; Leila Ferreira de Rezende-AMEDI; Roberto Parente
14 Correia-ARPA/SV; Marisa Malfer de Moraes-OABMG/44ª Subseção; Antônio Giacomini Ribeiro-ABES; Paulo
15 Luiz Galvão Alves - CREA /MG. **Abertura:** Apresentando a pauta, Antônio Giacomini iniciou explicando que
16 embora a ocorrência dos trabalhos atenda a data prevista para uma reunião ordinária (que conforme o
17 calendário determina como sendo a última do ano), será tratada como reunião extraordinária por uma
18 questão meramente burocrática uma vez que ainda não havia material disponível para a realização da mesma
19 anteriormente. Mencionou também a inversão dos itens 07 e 08 da pauta a serem tratados após o item de nº
20 04, a pedido do Alan (IGAM) que se justificou explicando que a antecipação dará subsídio para as discussões
21 dos demais itens da pauta. Pediu manifestação dos conselheiros com posicionamento contrário à inversão dos
22 itens e não havendo ninguém, seguiu com a aprovação das atas das 6ª e 7ª Reuniões Extraordinárias do CBH-
23 PN3, onde foram solicitadas duas correções em ambas: na sigla da entidade “IGAN” que fosse escrita com “M”
24 e não “N”. E na escrita do nome “Antônio Guacomini”, não utilizando acento circunflexo e nem “Gu”, apenas
25 a letra “G” no registro do sobrenome “Giacomini”. Sobre o registro das reuniões, informou que, como é
26 realizado de forma resumida e objetiva dando origem às atas que são documentos oficiais, caso algum
27 conselheiro queira o registro de sua participação tal qual sua fala, pode solicitá-lo no momento da aprovação
28 das atas uma vez que são espelhadas nas gravações ou também pode ser solicitado este registro no momento
29 em que a reunião estiver ocorrendo. Abriu-se votação e não havendo manifestações contrárias, as atas das 6ª
30 e 7ª Reuniões Extraordinárias foram aprovadas por meio de votação. Seguindo para o item de nº 03: Palavra
31 dos conselheiros, Leila falou sobre o Conselho do Parque Estadual Dos Rios (Tijuco) e Prata cujo mandato de
32 2 anos dos conselheiros já se encontra vencido e dadas dificuldades diversas que envolvem o tema como por
33 exemplo a suspensão de reunião por ainda não haver a nomeação de outros membros do conselho bem como
34 o enfraquecimento do próprio conselho pela falta de participação das pessoas, se colocou à disposição para
35 continuar como membro do conselho. Apontou ainda como dificuldade, a falta de uma sede na cidade de
36 Ituiutaba e também de equipamentos necessários à realização das demandas de trabalho. Giacomini propôs
37 que fosse estendida a participação de Leila até a próxima reunião, inclusive como item de pauta, e nesse meio
38 tempo a Cláudia fará um levantamento da situação, com a ajuda de Leila, para que o tema seja tratado,
39 posteriormente em reunião, permitindo a outros conselheiros interessados que se candidatem. Foi pedido a
40 Cláudia que regularize formalmente a prorrogação da participação de Leila junto ao comitê para que a
41 informação alcance a todos os membros. Elaine (Araporã) participou confirmando a existência de um ofício
42 que já tratava da situação descrita por Leila e pedindo resposta à proposta de prorrogação do mandato dos
43 membros atuais. Diante do fluxo de informações, Giacomini afirmou que é necessário implantar leitura de
44 correspondências como item (no início das reuniões) e mesmo abrindo votação sobre a permanência da dupla
45 Elaine e Leila como membros do conselho afirmou que é interessante que o assunto seja pautado e tratado
46 na reunião mais próxima para participação dos interessados. No item de nº 4: Apresentação do Cronograma
47 de reuniões anuais, referente ao ano de 2021, apresentou as datas destacando os meses em que ocorrerão e
48 reforçou que, até segunda ordem, permanecem ocorrendo conforme descrito na pauta, nos meses de Março,
49 Junho, setembro e Dezembro de maneira virtual e com possibilidades de mudança nas datas, se houver
50 coincidência com outras. Robson (IGAM) sugeriu o encaminhamento do calendário, após votação, para as
51 secretarias do PN1, do Araguari e do Paranaíba para que tenham conhecimento das reuniões já agendadas e
52 ajustem o seus. Roberto (ARPA), fez solicitação de mudança na escrita inicial da pauta. Onde se lê: O COMITÊ
53 DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DO BAIXO PARANAÍBA – CBH PN3, sugeriu a retirada da

54 palavra “comitê” para ser acrescentado o termo “o presidente do comitê”, mas Giacomini e Robson
55 explicaram que a forma escrita está correta pois o termo “O comitê” faz referência a todos os participantes
56 do colegiado uma vez que o presidente não toma decisões sozinho. Referente ao local de ocorrência das
57 reuniões, Uberlândia, descrito na pauta, foi sugerido por Robson (IGAM) o acréscimo da seguinte informação
58 na forma de artigo: “Enquanto perdurara o estado de pandemia as reuniões poderão ser realizadas por vídeo
59 conferência”. Acatadas as sugestões, seguiu-se a votação favorável às mudanças. Conforme antecipação
60 mencionada no início da reunião, os itens nº7 e nº8 foram tratados na sequência pelo Alan que falou sobre a
61 implementação do plano diretor, a estrutura básica do plano de ação, as etapas que compõem o processo de
62 elaboração e inclusive na exposição esclareceu a especificidade de cada uma delas (diagnóstico, prognóstico
63 e planos de ações) e como elas dependem da participação de população juntamente com a atuação do comitê
64 de bacia onde a unidade de trabalho é a bacia hidrográfica. Ao mencionar a situação dos Planos Diretores dos
65 Recursos Hídricos de Minas Gerais mostrou a todos as poucas bacias hidrográficas de Minas gerais que ainda
66 não possuem comitês ou que estão em elaboração e também falou sobre o “**Aprimora- PDRH**” – Programa de
67 Aprimoramento da Elaboração e Implementação dos Planos Diretores dos Recursos Hídricos, que já está sendo
68 oficialmente publicado pelo IGAM e cujo objetivo é assimilar o valor de uma ferramenta de controle que
69 mostre o andamento das ações dos planos diretores bem como eficiência e evolução dos referidos. Reforçou
70 que a capacitação dos membros do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos finaliza o conjunto
71 de ações do programa como fator importante na divulgação e produção de informações principalmente de
72 estudos técnicos-científicos ampliando a gerência de apoio aos comitês. Inclusive algumas consultorias e
73 capacitações já estão agendadas para os próximos meses. E na etapa de Avaliação de Implementação dos
74 Planos Diretores explicou que o uso de dois índices, o de implementação do plano diretor juntamente com o
75 índice de suporte à gestão de ISG, posteriormente se tornam indicadores (ou ferramentas) que direcionam o
76 caminho a seguir em relação ao trabalho das ações executadas pelo Plano Diretor (legenda ilustrada na
77 apresentação do documento). Somam assim, um total de 08 indicadores nos quais cada um apontam para
78 uma matriz de análise que por fim mostram os fatores que dificultaram o processo e qual a possível solução a
79 ser aplicada. No momento de exposição desta etapa, Alan citou situações específicas e detalhadas de análises
80 para demonstrar como os chamados “indicadores de implementação” determinam os níveis das ações a serem
81 realizadas e como fica a ficha contendo todas as informações disponíveis no plano diretor sobre o uso das
82 mesmas, como: direcionamento de componente, programa, ações, informações básicas sobre o indicador e
83 demais comentários. Informou que esta etapa de identificação dos níveis dos indicadores facilita muito a
84 construção de uma ação requerida no primeiro momento de elaboração do plano diretor e a condução do
85 processo dessa forma assegura interface direta com a capacidade de implementação desse plano
86 futuramente. Sobre o “Índice de Suporte à Gestão (ISG) esclareceu que se estabelecem em 5 indicadores para
87 serem classificados em 3 níveis de implementação. Demonstrados em uma matriz, se agrupam previamente
88 definidos e validados com a participação de vários especialistas juntamente com o Comitê de Bacias, com
89 Conselho Estadual, com a ANA (Agência Nacional de Águas), com o CNRH (Conselho Nacional de Recursos
90 Hídricos) bem como universidades convidadas para checar o primeiro formato do Plano Diretor que mesmo
91 não sendo a versão final, apresenta em suas bases indicador flexível e passível de adaptação e evolução em
92 acompanhamento às informações atuais. Nesta ocasião aproveitou para informar que todos os conselheiros
93 receberão, formalmente por parte da estagiária da gerência, um pedido de contribuição de informações a
94 respeito destes indicadores com o objetivo de atualizar as informações e tornar o índice de suporte mais
95 adequado à realidade. Citou os 03 componentes que fazem referência (Instrumento de Gestão, Gestão e
96 Comitês de Bacias Hidrográficas) e explicou a característica de cada um deles e reforçando que todas as ações
97 ou atribuições dos representantes de cada componente têm como objetivo evoluir no sentido de melhorar as
98 condições de atuação do comitê e não de realizar cobranças. E sobre a matriz de análise do índice de suporte
99 à gestão explicou que a dinâmica teórica para se chegar ao resultado começa na massa de componente que
100 se divide em indicadores, e essa informação quando finalizada e levada para a matriz final da bacia da
101 circunscrição hidrográfica mostra como resultado final índices com conceitos que vão de ótimo a péssimas
102 condições. E por fim, no item “proposição dos indicadores”, falou sobre a criação, validação e aplicação do
103 Plano Diretor específico deste comitê. Explicou que o horizonte de planejamento do plano atende o período
104 de 2014 a 2033, mas como só foi aprovado recentemente, fica evidente os anos de diferença entre sua
105 elaboração até os dias atuais. Sendo assim, é necessário que o comitê se preocupe em fazer uma redefinição
106 da execução do cronograma do plano diretor na atualidade e uma reavaliação bem específica da estrutura e

107 dos itens relacionados que envolvem: **as estratégias, os componentes, as ações e os indicadores** relativos a
108 ele inferindo assim a participação dos municípios e uma extensa agenda de trabalho, com muitas discussões
109 a respeito da realidade da Bacia do Paranaíba conforme foi demonstrado na exposição dos gráficos. Alan
110 finalizou a apresentação se colocando à disposição de todos para mais informações. Giacomini, após fazer
111 considerações positivas e ressaltar a importância da implantação do plano abriu momento para participação
112 dos conselheiros. Marisa, elogiou o trabalho didático de apresentação do Alan e Sérgio testemunhou que o
113 contato com a metodologia apresentada possibilitou uma visualização geral muito boa a respeito do
114 funcionamento do plano gestor em relação à realidade da Bacia do Paranaíba. Robson reforçou que a
115 apresentação foi acima de tudo norteadora, ao mostrar a importância do trabalho conjunto de todos os pares
116 envolvidos (parceiros, comitês e entidades) no sentido de que precisam conhecer o que está sendo
117 implementado bem como as ações que conduzem a solução dos problemas garantindo assim uma evolução
118 do programa. Segundo ele, a implementação das ações é pauta que o comitê já discute desde o ano passado,
119 perpassa pelo conhecimento da câmara técnica, podendo sim ser levado plenária com provável deliberação e
120 aprovação. Alam agradeceu e reforçou que o trabalho apresentado é fruto do comitê de bacias uma vez que
121 os indicadores e as informações aplicadas a eles foram analisados e validados por ele (o comitê) e que por isso
122 o mérito pelo produto atual é de todos. Elaine Oliveira agradeceu pela presteza com que o comitê assiste a
123 todos. Comentou de modo específico sobre a gestão de conflito pois é um fator crítico em sua região. Mas de
124 acordo com o plano apresentado, está certa de que será interessante a forma com que as ações serão
125 conduzidas dentro do programa. Alam aproveitou para reforçar que a gestão de conflito é um tema
126 importante na construção do sentimento de pertencimento da população em relação à bacia. Eurípedes
127 considerou que os dados apresentados pelo IGAM acerca dos indicadores reais da bacia do Paranaíba embora
128 sejam ruins se tornam importantes impulsionadores, se tomados sob uma visão crítica para nortear e
129 estimular a implementação das ações a serem realizadas. Aproveitou para antecipar um tema de pauta que
130 trata da necessidade de participação do usuário na composição da CTPLAN fazendo referência à ausência do
131 mesmo. Giacomini elogiou mais uma vez o trabalho apresentado por Alan e sobre sua elaboração reforçou a
132 importância de se manter a dinâmica das ações para que o plano gestor avance da condição estática (como
133 mostra a teoria apresentada) para a situação dinâmica, que é o desenvolver das ações de modo sequencial
134 tendo como produto avaliações periódicas e contínuas. Citou como exemplo a situação de um indicador que
135 quando avaliado em 2018 precisa, necessariamente ser reavaliado em 2019 sob visão crítica que busque
136 sempre a investigação voltada para evolução (crescimento e melhora) dos resultados. Lembrou o quanto é
137 importante a participação de todos no alcance das metas e resultados pontuados em assembleia como
138 ocorreu no trabalho da implantação das Câmaras Técnicas CTPLAN e CTRIE. Acrescentou que as ações voltadas
139 para a implantação do plano gestor também podem e devem ser apreciadas em plenária reforçando a
140 importância da metodologia apresentada juntamente com a realidade crítica dos fatos mostrados e
141 considerou o percurso que há para o alcance das metas que é o ano de 2033. Alan finalizou sua participação
142 expondo como exemplos os comitês do Velhas, do Verde e do Alto do Jequitinhonha em que a metodologia
143 apresentada já está sendo aplicada. No item de nº5 da pauta, ao confirmar com Eurípedes que o plano
144 apresentado não passou pelas Câmaras Técnicas, Giacomini lembrou a importância de documentos como este
145 tramitem por elas uma vez que de acordo com o Plano de Metas, já se encontram em funcionamento.
146 Classificou como básica (ou genérica) a apresentação da estrutura escrita do plano que, segundo ele, deve
147 materializar-se junto com o plano de ações para estarem alinhados ao próprio plano da bacia hidrográfica de
148 referência. De acordo com a forma sucintamente exposta, foi solicitado ao Robson (IGAM) que comentasse se
149 o mesmo poderia realmente ser considerado como plano de trabalho. Este explicou que de acordo com a
150 proximidade da data de apresentação do Plano Anual de Trabalho (até 01/02/2021), a elaboração deste deve
151 ser determinada pelo próprio comitê. E na condição de conselheiro sugeriu, inclusive reforçando o que Alan
152 já havia mencionado, melhor foco na questão da implementação do plano de trabalho irá torná-lo mais
153 eficiente quando elencadas com maior objetividade as ações e metas propiciando um material mais elaborado
154 e voltado para o plano de bacia. Alan, a pedido de Robson, acrescentou sugestões e lembrou que o comitê
155 pode aproveitar a câmara de planejamento para realizar as adequações necessárias contemplando itens mais
156 específicos que vinculem as ações ao plano diretor. Robson sugeriu que a Câmara CTPLAN atue no
157 melhoramento do plano e a diretoria aprove por Ad referendum, uma vez que não há reunião prevista no
158 comitê para janeiro e visto que o prazo de apresentação está bem próximo. A pedido de Giacomini, Eurípedes
159 se comprometeu a encaminhar as demandas necessárias ao melhoramento do plano levando a discussão para

160 a diretoria responsável, inclusive revendo a seleção das prioridades de acordo com a metodologia apresentada
161 por Alan. E diante da expectativa de melhores adequações do plano com a participação das Câmaras Técnicas
162 envolvidas, ficou aberta a possibilidade de ocorrência de uma reunião extraordinária para retomada do item
163 em plenária. Não havendo votação, em relação ao item tratado, uma vez que a plenária entendeu a
164 necessidade de reformulação em sua elaboração, o mesmo ficou na condição de sobrestado. Eurípedes expos
165 o item de nº 6 falando da composição da CTPLAN e seus representantes (seguimento usuários). Informou
166 sobre as vagas abertas de titular e suplente de usuários e reforçou a necessidade da participação dos mesmos
167 na composição da câmara uma vez que estão previstas discussões de seguimentos como: agricultura, indústria
168 e planejamento que impactarão diretamente sobre eles. Explicou que o valor cobrado aos usuários está
169 relacionado à implementação das ações do plano e que por isso a presença deles é tão importante. Maria
170 Eduarda (FIEMG) manifestou interesse em uma das vagas e Dênio (CEMIG) se dispôs a suplência. Na sequência
171 foi pedido notificação à COPASA sobre as nomeações. No item de nº9 seguiu-se as leituras das deliberações
172 da pauta. Neste momento Elaine solicitou o encaminhamento do calendário do comitê para o CIDES, por uma
173 questão de possibilidade de ajuste das datas. Acatada a solicitação da conselheira, seguiu-se a votação
174 favorável à aprovação. No item de nº10, informes gerais, Sergio informou que a CTRIE já tem definido um
175 cronograma de discussão de implementação da cobrança e que as etapas envolvidas incluindo as audiências
176 públicas online darão subsídios para ocorrência da plenária para aprovação prevista no mês de maio de 2021.
177 Expos as seguintes definições: em função de contenção de gastos com manutenção, neste momento é inviável
178 obter uma agência única para o PN3 e por isso é necessário realizar uma articulação para que a agência atenda
179 aos 03 comitês mineiros. Direcionamento do trabalho na captação de recursos voltados para a
180 sustentabilidade da agência e para implementação do plano considerando que a arrecadação própria do
181 comitê não sendo suficiente para custeá-lo requer ajuda dos outros dois comitês para garantir minimamente
182 a sustentabilidade. Proposição da metodologia de cobrança com valores, baseada nas discussões que já
183 ocorreram para que seja apresentada nos seguimentos (agricultura e saneamento), se possível em janeiro
184 ou fevereiro. A CTPLAN irá elaborar um plano plurianual de aplicação dos recursos da cobrança baseado em
185 prioridades, valores e prazos para ser trabalhado durante o contrato de gestão das agências. Sobre a CTIL, a
186 análise da câmara ocorrerá somente em setembro porque ainda precisar fazer a escolha da agência, discutir
187 o contrato de gestão e submeter a metodologia ao conselho. Nas ações atribuídas à diretoria citou: o
188 andamento das negociações com o Paranaíba em relação ao pagamento do programa de comunicação social
189 (onde já houve sinalização positiva), a discussão de uma estratégia conjunta para fazer a escolha da
190 entidade/agência e a capacitação dos membros dentro da própria plenária. Finalizou apontando as ações do
191 conselho indicadas para votação em plenária para que em dezembro, se tudo correr como o esperado,
192 incorporem o plano de forma integral para votação final. Se for aprovado entra em vigor com a cobrança em
193 2022. Giacomini, parabenizou Sergio e todos os membros e coordenadores das câmaras técnicas envolvidos
194 na integração e no bom andamento do trabalho. Eurípedes (CTPLAN) falou de maneira resumida sobre a
195 discussão e revisão das prioridades do plano apresentado bem como as ações que passam pela câmara e os
196 envolvidos juntamente com os prazos. Marisa (CTIL) falou sobre as nomeações, os encontros e as demandas
197 que nortearam o trabalho da câmara. Robson informou que a entidade IGAM possui ferramentas de
198 capacitação (cursos e cartilha) e os disponibiliza em favor dos conselheiros. Ressalvou que é um recurso
199 importante no nivelamento geral sobre a cobrança pelos recursos hídricos uma vez vale para todos os comitês.
200 No item de nº11 da pauta, Giacomini avisou que foi enviado a todos os conselheiros o link para participação
201 na auto avaliação do CBH e reforçou a importância da participação e devolutiva de todos. **Encerramento:** Nada
202 mais tendo a tratar, o presidente Antônio Giacomini encerrou a reunião agradecendo a participação de todos.
203
204



205
206 Antônio Giacomini Ribeiro

207 Presidente em exercício do CBHPN3



Elaine Aparecida de Oliveira.

Secretaria Executiva